

A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA

Lisandra Paraguassú
Da equipe do **Correio**

Um programa nacional de distribuição de cestas básicas seria capaz de fazer com que 20% das famílias brasileiras que vivem abaixo da linha da pobreza saíssem da indigência e passassem a consumir o mínimo recomendado de 2.200 calorias diárias. Um projeto, no entanto, de transferência de renda, como é a Bolsa-Escola, em que as famílias recebessem um salário mínimo no lugar da comida, tiraria da miséria 43% das famílias vivendo nas cidades e 60% das que moram na zona rural. Traduzindo: distribuir comida apenas não funciona.

A conclusão não é nova para a maior parte dos responsáveis por programas de redução da pobreza no país e no mundo. A diferença é que agora o resultado aparece em números no estudo preparado pela pesquisadora Lena Lavinas e sua equipe do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

A pesquisa *Combinando Compensatório e Redistributivo: o Desafio das Políticas Sociais no Brasil* demonstra que a distribuição de comida é cara para o Estado, atinge muito menos gente do que deveria e não melhora muito a vida de quem recebe. Não é só isso: cria inúmeras oportunidades para corrupção e desvios, já que há muita gente envolvida na compra e distribuição dos alimentos, e ainda abre caminho para o desperdício. "É o pior é que o ganho social é irrelevante", garante a pesquisadora Lena Lavinas.

O pior, no entanto, é o estigma que a distribuição de comida cria para quem depende dela. "Há uma relação de dependência com o governo, um clientelismo. É um estigma assustador, a pessoa se sente diminuída", explica ela.

O exemplo de ineficiência usado por Lena na pesquisa é o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (Prodea), do governo federal, coordenado pelo Comunidade Solidária. A cesta básica — arroz, feijão, farinha de mandioca, flocos de milho, macarrão e óleo de soja — custava R\$ 10,35 em 1997, mais R\$ 9,63 de custos administrativos como pessoal, transporte, distribuição.

Um levantamento feito no mesmo ano nas cidades de Curitiba, Belo Horizonte e Salvador mostrou que o mesmo conjunto de produtos em um supermercado comum sairia praticamente pelo mesmo preço: R\$ 1,68 mais caro em Belo Horizonte, R\$ 1,08 mais barato em Curitiba. Descontado o custo administrativo, a cesta sairia pela metade do preço. Se todos os beneficiários do Prodea passassem a receber um salário no lugar de comida, com o mesmo dinheiro eles teriam acesso a 24% mais calorias do que recebendo uma cesta da Prodea.

Esse não é o único benefício encontrado pelo estudo de Lena Lavinas na mudança para uma política de

Acácio Pinheiro



A família de Marlene Araújo Costa, de Samambaia, recebe cesta básica do programa assistencialista do GDF

transferência de renda — como são chamados programas como a Bolsa-Escola. A pesquisa aponta outras vantagens: quem recebe o recurso pode baratear a compra do alimento procurando por ofertas ou produtos que têm queda de preço de acordo com a época do ano. "As pessoas sabem exatamente do que necessitam, não precisa o governo decidir por elas", afirma João Sabóia, pesquisador do Ipea.

RETROCESSO

O programa Sucesso no Aprender, que será lançado pelo GDF para substituir a Bolsa-Escola, não prevê a possibilidade de escolha. Ao invés do salário mínimo, serão distribuídas cestas básicas de alimentos e material escolar. "Isso é um retrocesso enorme, um delírio", acusa Lena Lavinas.

"Comida é só o básico, as pessoas precisam de muito mais do que isso", diz Sabóia, responsável por uma pesquisa de 1996 sobre os primeiros beneficiários do Bolsa-Escola, no Paranoá. "Trocar renda por cesta básica é espírito de porco, esse governo está querendo é marcar posição."

Segundo Sabóia, diversos estudos mostram hoje a tendência de ações sociais que têm se voltado para distribuição de renda, e não de comida. "Apenas dar comida às pessoas não resolve o problema. Há comida hoje,

mas o que garante que haverá amanhã?", diz Richard Fuller, presidente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Fuller reconhece que as cestas básicas têm sua utilidade como programa emergencial, em casos de guerra, calamidade ou fome endêmica. Mas só isso. "Não fazem muita coisa, se fazem algo, em termos de desenvolvimento das pessoas", ressalva o presidente da FAO. O estudo do Ipea diz o mesmo: "Programas desse tipo não conseguem vencer sua dimensão assistencial-emergencial."

Um exemplo da diferença de resultados entre renda e cesta aconteceu em Porto Alegre (RS). Em 1997, quando começou o programa Bolsa-Escola, não havia recursos para todas as famílias. Parte delas recebeu um salário mínimo enquanto a maioria tinha a cesta básica. "A diferença era gritante. Você não pode esperar o mesmo de uma família que pode ir ao banco buscar seu dinheiro como qualquer pessoa e outra que tem de entrar numa fila para pegar comida", explica Ana Paula Costa, secretária de Ação Social. Quem recebia o dinheiro assinava um contrato com a prefeitura de compromissos a cumprir em relação a educação, saúde, etc. Para quem recebia a cesta, as exigências eram bem menores. Este ano, a prefeitura de Porto Alegre acabou com as cestas básicas.

O POVO FALA

O que você acha do fim da Bolsa-Escola?

MÁRCIO RODRIGUES
40 anos, ator



Fotos: Carlos Moura

■ "A bolsa-escola não pode acabar. Acho que um programa que deu certo, conquistou prêmios da Unesco e está sendo copiado não poderia ser extinto. As boas idéias de um governo não deveriam ser abolidas pelo sucessor."

ELENIR SILVA
30 anos, comerciária



■ "Sou a favor, desde que o dinheiro seja reinvestido na saúde e na melhoria do ensino. Nunca vi resultados

satisfatórios na bolsa-escola. Acho que o governo deveria tornar a escola mais atraente para os alunos, para que eles tenham mais vontade de frequentar as aulas."

BRUNO ALTOÉ DUAR
28 anos, professor



■ "É uma péssima idéia. Não há motivos para acabar com um programa que resgata a cidadania. O fim da bolsa-escola

mostra que o governo não tem compromisso com a educação, o que ele já tinha provado ao extinguir a gestão democrática nas escolas."

ELÍSIA FIGUEIREDO
30 anos, empregada doméstica



■ "Acho essa idéia ruim. A bolsa-escola é muito interessante e eficiente. É muito melhor investir na cidadania

que distribuir cesta básica. Com a educação, as pessoas têm condição de batalhar o próprio sustento, sem precisar do governo no futuro."

CARLY CUNHA
35 anos, professora



■ "A bolsa-escola não pode acabar porque ela possibilita que as pessoas carentes tenham uma renda, as crianças não precisam trabalhar e tenham incentivo para ir à escola. Se o governo acabar com o programa, o número de meninos na rua vai aumentar assustadoramente."

REPERCUSSÃO

ANTÔNIO C. MAGALHÃES
senador (PFL-BA)

O presidente do Senado criticou duramente a decisão do Governo do Distrito Federal de acabar com a Bolsa-Escola. "As coisas que funcionam bem não podem ser substituídas assim, sem um estudo aprofundado", comentou. O senador lembrou que o programa vem sendo imitado, com sucesso, em vários municípios do País e mesmo no exterior. Ele desconfia que as críticas ocorrem apenas porque o programa foi idealizado por Cristovam Buarque. "Essa decisão é um grande erro. Um governante só cresce quando reconhece e aceita as boas medidas tomadas por seus antecessores", afirmou Antônio Carlos Magalhães.

ROBERTO FREIRE
senador (PPS-PE)

O presidente nacional do PPS considerou a decisão do Governo do Distrito Federal um total equívoco. Para Freire, se a Secretaria de Educação encontrou falhas no programa Bolsa-Escola, deveria trabalhar para aperfeiçoá-lo, não extingui-lo. "A Bolsa-Escola tem aspectos muito positivos. Isso é inegável. Se há falhas, que se aprimore", afirmou. Freire lembrou que a idéia já é adotada em vários estados e municípios, e até pelo governo federal. "Acabar só porque era do outro é obscurantismo", criticou Roberto Freire. "Essa é uma conquista nacional, não pertence mais apenas ao PT."

PAULO RENATO DE SOUZA
ministro da Educação

O ministro evitou fazer considerações mais amplas sobre o assunto. Por meio de sua assessoria de imprensa, desculpou-se dizendo que não quer se pronunciar sobre decisões tomadas por secretários estaduais. Paulo Renato lembrou, porém, que o Ministério da Educação promove um Programa de Renda Mínima vinculado à educação, resultante de um projeto do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), que já atende 500 mil crianças em todo o país, com uma complementação de renda que varia de R\$ 15 a R\$ 60. Há um projeto tramitando no Congresso que busca ampliar a extensão do programa e os seus valores.

ARLETE SAMPAIO
ex-vice governadora do DF (PT)

Vice-governadora do Distrito Federal no governo Cristovam Buarque, Arlete Sampaio espera que Joaquim Roriz reveja a decisão de acabar com a Bolsa-Escola. "Nenhum de nós gosta de saber que projetos de garantia de renda mínima são necessários no país", analisa Arlete. "Mas essa é a nossa realidade, e ela impõe ações desse tipo." Na avaliação de Arlete Sampaio, a decisão tomada pelo GDF vai acabar afastando as crianças da escola. "Vão para as ruas, para trabalhar e buscar o dinheiro que a família vai perder com a extinção do programa", prevê. Na opinião de Arlete, será um retrocesso.

PEDRO SIMON
senador (PMDB-RS)

Companheiro de partido de Joaquim Roriz, o senador Pedro Simon quer que a decisão tomada pelo GDF torne-se o principal tema de debates esta semana na comissão mista do Congresso que discute a pobreza. Para o senador, a decisão anunciada por Eurides Brito é surpreendente, já que vai na contramão de tudo o que se vem propondo em outros estados do País e mesmo no mundo. "É a primeira vez que vejo alguém criticando a Bolsa-Escola", comentou Simon. "Acho que isso é um erro, mas isso tudo é muito interessante. Se eles estão certos e todo mundo errado, é bom que se saiba logo, para que abandonemos o nosso modelo e adotemos logo o deles."